

À DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA ITAIPU BINACIONAL

Ref.: Pregão Eletrônico: NF 0977-24
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Ementa:

1. Descrições dos bens que, por excessivas, reduzem a competitividade do certamente e configuram direcionamento da contratação;
2. Superestimação dos equipamentos. Especificação técnica excessiva. Violação ao princípio da economicidade;
3. Descrição excessiva das especificações técnicas que pode significar desperdício de recursos. Contrariedade ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.916.444/0001-22, domiciliada à Rua Desembargador Arthur Leme, 327, Curitiba, Paraná, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, o Sr. Aparecido Porfírio dos Santos, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.420.394-4, inscrito no CPF nº 808.426.909-72, endereço eletrônico claudia@printerdobrasil.com.br e Celular/Whatsapp (41) 98868-5853, vem, com base no item 3.11 da Instrução de Procedimento (IP) 12 desta Binacional apresentar

IMPUGNAÇÃO O EDITAL DO PREGÃO, pelas razões de fato e de direito a seguir.

I. TEMPESTIVIDADE

Esta impugnação é apresentada dentro do prazo legal, conforme previsto no item 3.11 da IP-12 desta Itaipu Binacional, a qual autoriza a que qualquer pessoa impugne o ato convocatório até 2 (dois) dias antes do pregão para apresentação das propostas, razão pela qual, dado que a abertura deste ocorrerá no próximo dia 22/08/2024, a apresentação desta respeita os prazos aplicáveis.

II. DOS FATOS

A presente impugnação visa eliminar do processo licitatório exigências que extrapolam os padrões de mercado, evitando privilégios indevidos a determinados fabricantes e preservando a isonomia e a ampla concorrência, o que possibilita a oferta de propostas mais vantajosas para o Pregão Eletrônico Nacional NF 0977-24, cujo objeto é a *"Prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, incluindo a locação dos equipamentos, instalação, configuração, treinamento básico, gestão dos equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e insumos, e solução de software de gerenciamento e contabilização de impressões."*

Consideram-se excessivos, ***em primeiro lugar***, os critérios de velocidade de impressão requeridos por esta Binacional em relação aos itens 3.3.1 Equipamento Tipo I (Multifuncional Colorida A3 de 45 ppm) e 3.3.2 Equipamento Tipo II (Multifuncional Colorida A4 de 45 ppm)

Em segundo lugar, considera-se excessivo o critério de capacidade de armazenamento (120GB) e as características de Alimentação do Papel (2 bandejas de alimentação com capacidade de 500 folhas cada) para o Equipamento Tipo II (Multifuncional Colorida A4 de 45 ppm).

Em terceiro lugar, considera-se excessivo o critério de dimensão do Equipamento Tipo III (Multifuncional Colorida A4 de 25 ppm).

Em comum em relação a todos esses critérios excessivos é o fato de que essas exigências não se justificam face a baixa volumetria de impressões estimada por esta própria Binacional, de modo que a escolha por estes equipamentos demonstra a incompatibilidade deles com a realidade operacional da empresa.

Veja-se, a título de exemplo, que, para situações semelhantes à presente, a Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023 do Governo Federal sugere que ***equipamentos com uma velocidade de 25 páginas por minuto (ppm) para impressoras no formato A3, seriam suficientes para o atendimento de demandas médias e altas.***

Significa dizer, portanto, que não se justificaria a escolha de equipamentos cujas velocidades superam 45ppm para quantitativo de impressões que, nem de longe pode ser considerado médio, muito menos alto, de modo que não há justificativa técnica para a opção registrada no Termo de Referência deste Pregão.

O mesmo se pode dizer em relação à capacidade de armazenamento e à dimensão dos equipamentos requeridos, porque, em relação a ambos, não há justificativa pautada na quantidade de impressões.

O exagero no dimensionamento dos equipamentos em relação ao quantitativo apresentado pela área contratante pode configurar, a um só tempo, direcionamento da licitação, violação ao princípio da economicidade e violação ao princípio da sustentabilidade ambiental das contratações, conforme se espera demonstrar a seguir.

III. FUNDAMENTOS JURÍDICOS – VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 2º DA NGL/ITAIPU

A Norma Geral de Licitações desta Itaipu Binacional impõe, em seu art. 2º, o respeito aos princípios básicos dos procedimentos de contratação, os quais se pautam, dentre outros, na igualdade, na impessoalidade, na competitividade e na economicidade. Some-se a isso que o parágrafo único desse mesmo art. 2º ainda aponta como objetivo das contratações de Itaipu Binacional a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme se vê abaixo:

Art. 2º Os princípios básicos que regem os processos e procedimentos disciplinados nesta Norma são os da igualdade ou isonomia, da legalidade, da moralidade, da probidade, da impessoalidade, da razoabilidade e proporcionalidade, da economicidade, da competitividade, da celeridade, da publicidade, da ampla defesa e do contraditório, da eficiência administrativa, bem como aqueles princípios que lhes são correlatos e, para as licitações, prevalecerão, ademais, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Parágrafo único. Todas as obras, serviços, compras, locações e alienações, contratados pela ITAIPU, salvo nos casos excepcionais previstos nesta Norma, serão precedidos de licitação, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a Entidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, respeitados os princípios básicos enunciados no caput deste artigo.

Ocorre que os fatos descritos no tópico antecedente demonstram o desrespeito do Edital aos princípios acima transcritos.

Em primeiro lugar, em relação aos princípios da igualdade, impessoalidade e competitividade, vale registrar que a descrição excessiva das especificações técnicas acaba por restringir a competitividade do certamente porque diminui o quantitativo de máquinas passível de ser apresentado pelas empresas interessadas.

Nos parece evidente que as especificações excessivas no pregão podem violar os princípios da igualdade, impessoalidade e competitividade porque o estabelecimento de requisitos técnicos ou especificações

demasiadamente rigorosas – em especial as que não sejam essenciais para a execução do contrato, tal como no presente caso – restringe indevidamente a participação de potenciais concorrentes, através da criação de uma barreira artificial, favorecendo certos fornecedores em detrimento de outros ao não serem oferecidas as mesmas condições concorrência para todos os interessados.

Além disso, essa prática compromete a impessoalidade do processo licitatório, pois sugere uma possível intenção de beneficiar um concorrente específico, o que não se quer dizer que seja o caso na presente licitação, mas que o exagero no detalhamento certamente serve como indício de tal prática.

Em segundo lugar, a superestimação das características dos bens e o uso de especificações excessivas em licitações podem violar diretamente o princípio da economicidade, o qual tem por finalidade garantir a melhor relação entre custo e benefício na contratação pública, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e sem desperdícios. Quando o edital impõe exigências desnecessariamente elevadas, pode obrigar a Administração a adquirir bens com custos superiores ao necessário, comprometendo a economicidade da contratação.

Além disso, especificações superestimadas podem distorcer o processo de licitação ao favorecer determinados fornecedores que, por suas capacidades específicas, podem atender a esses requisitos não essenciais, enquanto outros, potencialmente mais econômicos, são excluídos. Esse cenário contradiz o objetivo de garantir a obtenção da proposta mais vantajosa, financeira e tecnicamente, para os interesses públicos. A prática, portanto, compromete a obtenção de preços competitivos e justos, essencial para a preservação da integridade e eficácia do processo licitatório.

Por último, ***em terceiro lugar***, tendo em vista que as contratações públicas da Itaipu Binacional também têm por objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável, é importante que esta área de compras tenha em vista que especificações excessivas em processos de compras públicas podem levar a um desperdício significativo de recursos, já que impõem requisitos que nem sempre são necessários para o atendimento das necessidades da administração.

Além de gerar custos adicionais e limitar a concorrência, essas práticas contrariam o princípio do desenvolvimento sustentável, que preconiza o uso racional e eficiente dos recursos públicos. Ao adotar critérios sustentáveis em licitações, a administração pública não só evita o

desperdício, mas também promove a aquisição de produtos e serviços que minimizam impactos ambientais e sociais, alinhando-se ao compromisso com um futuro mais sustentável.

V. PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos apresentados, a impugnante requer:

- a) O recebimento e processamento da presente impugnação;
- b) O seu deferimento para que o edital impugnado seja republicado, corrigindo-se as exigências excessivas apontadas no tópico relativo aos fatos, quais sejam:
 - b.1) Equipamento Tipo I: reduzir a exigência de velocidade para 30-40 ppm;
 - b.2) Equipamento Tipo II: reduzir a exigência de velocidade para 30-40 ppm, a capacidade de armazenamento para entre 16-32 GB, e bandeja de alimentação para uma única bandeja de 250 folhas e;
 - b3) Equipamento Tipo III: suprimir a exigência de dimensões específicas.
- c) A suspensão do pregão para apresentação de propostas até que seja possível a esta Binacional reavaliar os critérios de contratação e promover as modificações necessárias no edital do Pregão, nos termos aqui requeridos;
- d) A remarcação da sessão pública para apresentação de propostas, respeitados os prazos definidos pelas Normas de Licitação da Itaipu Binacional.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Foz do Iguaçu, 20 de agosto de 2024.

PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA